Relação entre Acesso à Informação e Desenvolvimento das Macrorregiões Brasileiras[1]

Moacir José dos SANTOS[2]
Monica Franchi CARNIELLO[3]

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Resumo

As relações entre desenvolvimento e comunicação foram prenunciadas por Schramm e validadas posteriormente por teóricos do desenvolvimento regional. Este artigo tem por objetivo relacionar o sistema midiático com as desigualdades regionais no Brasil, partindo do pressuposto de que a existência de uma rede de mídia favorece o acesso à informação, condição para o desenvolvimento. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa, com delineamento documental. Observou-se que existe uma correspondência entre o perfil econômico da região e a composição da rede midiática, e que as mídias digitais, potencializadas pelo acesso móvel, podem sinalizar uma possibilidade para minimização das disparidades reginais no que tange ao acesso à informação, condição para o desenvolvimento.

Palavras-chave

desenvolvimento regional; comunicação, mídia, acesso à informação.

Introdução

As desigualdades regionais constituem uma questão que pauta as discussões sobre o desenvolvimento. A superação de lacunas sociais, econômicas, geográficas e políticas compõe um arcabouço de discussões fundamentado em várias áreas do conhecimento, que buscam explicar e apontar diretrizes para minimizar as diferenças no que tange às oportunidades dos processos de desenvolvimento. Observa-se que essas discussões não convergem para uma linha teórica que agrega todas as pesquisas e conceitos, pois se observa a existência de divergências teóricas sobre como investigar e conceituar os processos de desenvolvimento. O presente artigo não busca analisar tal diversidade teórica, mas examinar uma variável que compõe os desafios à efetivação do desenvolvimento, entendido como a redução das disparidades sociais e também a efetivação da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

---

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Doutor em História (UNESP), professor-pesquisador do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté; professor do Módulo Centro Universitário, Caraguatatuba, SP, Brasil. Email:santos.mj@ig.com.br

[3] Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC SP), professora-pesquisadora do Programa de Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, Brasil; Pesquisadora da Anhanguera Educacional, bolsista da FUNADESP- Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular, para desenvolvimento do projeto de pesquisa "Mídias sociais: tendências e desafios da comunicação em rede" (nº projeto: 5500264). E-mail: monicafcarniello@gmail.com

Outra observação correlaciona-se ao reconhecimento das especificidades regionais. A investigação da correlação entre o sistema midiático presente em cada região brasileira e o nível de desenvolvimento não implica em negar as distinções regionais. Busca-se, objetivamente, delimitar a função desta variável. Reconhece-se que as teorias sobre o desenvolvimento regional apontam para o aproveitamento das potencialidades locais para a promoção do desenvolvimento, principalmente quanto a impossibilidade de se promover o desenvolvimento mediante uma perspectiva homogeneizadora das regiões.

Ressalta-se que as desigualdades se manifestam em vários aspectos. De maneira explícita nos indicadores sociais e econômicos, mas de forma mais sutil nas diferenciações simbólicas.

Observa-se que o desenvolvimento é um processo complexo e irredutível à mera classificação econômica. O debate acerca das suas características e sobre como efetuá-lo correlaciona-se à busca por estratégias que promovam a redução das disparidades sociais e considerem as particularidades sociais. O que, em última instância, somente pode ser alcançado por uma participação política ativa que considere a complexidade do desenvolvimento, ainda não alcançado de modo satisfatório no Brasil. Como demonstram Vieira e Santos (2012, p. 347-348):

> O desenvolvimento é um processo social global. A definição de uma tipologia do desenvolvimento decorre da necessidade de classifica-lo em econômico, político, social ou cultural por razões metodológicas quanto ao tratamento de um desses sentidos particulares. O desenvolvimento, em termos conceituais, é a explicação de concepções ou ideais coletivamente partilhados durante o processo histórico-social. A definição do significado do conceito desenvolvimento depende dos valores historicamente construídos de cada sociedade embora conserve em seu cerne a conquista de padrões de vida mais elevados acessíveis à maioria da população. Sob esse prisma o conceito de desenvolvimento pode até ser oposto à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultantes do aumento de produtividade.

Uma das manifestações das diferenças regionais está no acesso à informação, relacionada à disponibilidade de uma rede midiática. Ora, se a instalação de uma rede de mídia está diretamente relacionada ao potencial de consumo de uma região, regiões concentradoras de população de baixa renda estarão fadadas às restrições midiáticas e, consequentemente, de acesso à informação. Tomando como referencial teórico o pensamento de Sen (2000), o acesso à informação é uma liberdade instrumental necessária ao desenvolvimento. Tal situação forma um ciclo que minimiza as oportunidades dos que nele se encontram. Por outro lado, com o advento da comunicação digital, emerge como uma possibilidade de rompimento desse ciclo. Schramm (1970, p.19), situado no contexto da comunicação de massa, exalta "o manancial inesgotável que a comunicação oferece para o desenvolvimento de um país a partir do momento em que ela for posta a serviço da motivação de uma comunidade para o progresso". Schramm (1970) percebe na interdisciplinaridade entre comunicação e desenvolvimento a possibilidade de elaborar formas de intervenção compatíveis com as mudanças históricas a ela relacionadas.

Tomando como premissa a estreita relação entre acesso à informação e desenvolvimento, o objetivo do artigo é relacionar o sistema midiático com as desigualdades regionais no Brasil, partindo do pressuposto de que a existência de uma rede de mídia favorece o acesso à informação, condição para o desenvolvimento.

Comunicação e desenvolvimento regional

Schramm (1970) foi precursor na discussão das relações existentes entre comunicação e desenvolvimento, inserindo a temática definitivamente no âmbito acadêmico. Schramm emprega o conceito informação para construir sua argumentação. Nota-se que o acesso à informação não assegura a eficiência do processo de comunicação. Porém, é evidente que a oferta de informação é um fator articulador da existência das sociedades democráticas. Sen (2000) defende que o acesso à informação é uma das condições essenciais para a efetivação de processos de desenvolvimento.

> Com a reformulação do conceito de desenvolvimento no final do século 20, uma vez que conceitos estão sujeitos à historicidade, a relação entre cultura e desenvolvimento se delineia de maneira mais explícita em distintas escolas de pensamento, das quais se destaca a abordagem sobre capital social, referencial teórico considerado nesta pesquisa. A premissa dessa concepção baseia-se na existência de redes de relações formais e informais que, pautadas na cooperação e reciprocidade, são elementos de fomento ao desenvolvimento. Os estudos contemporâneos sobre desenvolvimento indicam as práticas participativas como elementos constitutivos dos processos de desenvolvimento regional. (CARNIELLO; SANTOS, p. 171, 2011)

Os processos de comunicação consubstanciam-se em contextos sociais historicamente e geograficamente delimitados. Destarte, o acesso à informação constitui-se em um referencial fundamental para se identificar a trajetória de desenvolvimento de uma sociedade e sob quais condições esse processo ocorre. A comunicação é uma variável estratégica para se problematizar como o desenvolvimento não se reduz apenas à distribuição dos resultados obtidos com o crescimento econômico, implicando tanto em uma conjuntura regional ou nacional em um processo dinâmico que o torna complexo e irredutível a uma única dimensão. Outro procedimento necessário à investigação do desenvolvimento relaciona-se a enquadrá-lo como resultado das características históricas do sistema capitalista. As condições históricas e espaciais que condicionam o desenvolvimento resultam da complexidade do capitalismo contemporâneo, o que deve ser considerado como referência elementar para se evitar avaliações descontextualizadas e idealizadoras. Tal cuidado é necessário para se considerar que as políticas públicas correlacionadas à promoção do desenvolvimento vinculam-se, nominalmente, a medidas opostas à tendência à reprodução da desigualdade inerente ao capitalismo.

As mudanças ocorridas na esfera midiática nas últimas décadas somam novos fatores à dinâmica da comunicação, não vislumbrados por Schramm(1970) e que, deste modo, configuram um estímulo para se refletir sobre as funções e o impacto das novas formas de comunicação em relação à compreensão do processo de desenvolvimento e sua correlação com as contradições históricas, sociais e espaciais que caracterizam sua realização. Com a ampliação do sistema de comunicação digital em rede - Internet – adquire maior relevância a acessibilidade à informação. Dentre as diversas características da rede mundial é a possibilidade de atuação dos usuários, que podem ter um posicionamento ativo ao poder tanto acessar quanto divulgar informações e atuar socialmente por meio de grupos formais e informais, possibilitando aquilo que Castells (2000) conceitua como definição similar a ideia de sociedade da informação.

Essa nova constituição midiática produz efeitos que provocam maior atenção da comunidade acadêmica, particularmente quanto à superação das condições que

caracterizavam a sociedade de massa investigada e conceituada por Schramm (1970) em relação às consequências dos processos e fluxos de comunicacionais típicos da comunicação analógica. Neste trabalho, foram abordados os aspectos elencados a seguir: a exposição da regionalidade; a funcionalidade do acesso à informação para tomada de decisão; a potencial aproximação da sociedade com o governo por meio do acesso à informação; e a formação de espaços de diálogos públicos da sociedade nas mídias sociais. Esses aspectos, evidentemente, não esgotam o tema do impacto das novas condições de comunicação quanto ao desenvolvimento. Sua escolha deriva da sua pertinência em relação aos processos de desenvolvimento. A seguir se justificará a escolha destes aspectos.

Observa-se que a dinamização dos processos de comunicação facilitou a exposição da regionalidade em uma dimensão inédita em comparação ao passado. A globalização dependeu, decisivamente, do aprofundamento técnico dos processos comunicacionais, cujo ápice, até o momento, é a comunicação digital. Por exemplo, enquanto na economia pode-se afirmar que houve uma intensificação de relações de produção, circulação e consumo mediante a redução do tempo e do espaço que beneficiou formas de relação econômica em consolidação desde a revolução industrial, na comunicação ocorreu uma mudança drástica que culminou naquilo que Augée (1994) define como mundialização. Essa condição caracterizada por Augée demonstra como o que se denomina como globalização depende de modo brutal dos processos de comunicação amparados nas mídias digitais. Deste modo, a mesma tecnologia que favoreceu aos processos econômicos e financeiros adquirir dimensões mundiais, favoreceu a visibilidade mundial das regiões, pois as informações de cada localidade estão disponíveis globalmente. Destaca-se que cada região ou localidade pode adquirir visibilidade e ser percebida em relação as suas singularidades em razão do potencial das mídias sociais digitais, condição bastante diversa em comparação a comunicação analógica.

Outro aspecto pertinente à emergência da comunicação digital e seus efeitos é a facilitação do acesso informação. Tal condição é crucial para a articulação de políticas relacionadas à efetivação do desenvolvimento. Obviamente, há várias dimensões possibilitadas com a consolidação de uma situação de maior facilidade de acesso à informação. Entre essas dimensões é conveniente citar a organização de dados para a efetivação das ações dos gestores públicos. Porém, é necessário e fundamental entender que tal situação configura uma relação instrumental entre os gestores e suas atribuições. A dimensão com maior potencial de contribuição para o desenvolvimento é a capacitação dos cidadãos para o exercício mais pleno da cidadania tanto no que concerne a fiscalização da ação dos entes públicos quanto à participação na definição das prioridades para a ação do poder público. Outra dimensão, correlata às citadas, é a produção e divulgação de dados relativos à organização de indicadores sociais (GUIMARÃES; JANUZZI, 2005). Assim, é possível subsidiar um processo fecundo de disponibilização de informações necessárias ao aprofundamento das políticas públicas que por sua vez ficam sujeitas ao crivo dos cidadãos.

Entretanto, a facilitação do acesso à informação não garante, automaticamente, a instituição da maior participação popular na elaboração de políticas públicas ou na supervisão do poder públicos. O acesso à informação é um direito que deve ser assegurado e ampliado por todos os meios ao alcance do poder público e da população constituindo uma condição para o desenvolvimento, de acordo com Sen (2000), que vincula o desenvolvimento à existência de regimes democráticos fundados na acessibilidade irrestrita à informação.

Nota-se a existência de uma busca por parte de pesquisadores e também das instituições públicas quanto à produção de informações sob a forma de indicadores aptos a favorecer a mensuração do desenvolvimento de regiões mediante a consideração de

múltiplas variáveis como a econômica, a educacional e a ambiental, por exemplo. Um exemplo pertinente a essa postura foi a recente decisão do governo francês em organizar e responsabilizar uma comissão para definir o que deve ser analisado no âmbito das regiões que compõe o país com o intuito de mensurar o desenvolvimento de cada uma (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2010).

Esse aspecto - a criação de indicadores que apontam os limites ao pleno desenvolvimento - é complementado por outro, pertinente à produção e favorecimento do acesso as informações à sociedade:

> [...] vê-se que a tecnologia da informação pode constituir-se em instrumento de apoio à administração pública, ao permitir o oferecimento de novos serviços aos cidadãos, ao oferecer condições para ampliação da eficiência e da eficácia dos serviços públicos, ao melhorar a qualidade dos serviços prestados e ao permitir acesso à informação e à constituição de novos padrões de relacionamento com cidadãos e novos espaços para promoção da cidadania. (CUNHA, FREY, DUARTE, 2009, p.197).

Sob essa perspectiva as mídias sociais digitais constituem uma importante recurso para o empoderamento das instituições por parte da população. Os cidadãos podem instrumentalizar as mídias sociais digitais tanto para a fiscalização dos governos e instituições públicas quanto favorecer a elevação do diálogo entre sociedade e o governo. Tal espectro aponta para a dimensão política da informação.

> Destarte, nota-se uma vinculação entre os fundamentos da estrutura organizacional da comunicação contemporânea com os referenciais que pautam a democracia. A substituição de um modelo predominantemente unidimensional de comunicação, específico da comunicação de massa, que foi o modelo majoritário no período precedente à digitalização das mídias, por analogia se parece com modelos políticos fundados na concentração do poder no cume da hierarquia administrativa, com restrito envolvimento dos cidadãos nos processos decisórios. Porém, em uma sociedade progressivamente assentada na cultura digital, o aspecto norteador é a acessibilidade aos meios de produção e distribuição de mensagens por parte de usuários comuns. Esse cenário é absolutamente distinto do cenário anterior, no qual a produção e a distribuição dos conteúdos concentravam-se significativamente nas empresas de mídia.
> A renovação do processo de produção, distribuição e consumo de informação e entretenimento a partir do ambiente digital tem impacto significativo nas experiências sociais. As novas possibilidades que emergem deste contexto não podem ser ignoradas quanto ao surgimento de possibilidades inéditas para a articulação da participação política capaz de pautar gestões municipais mais democráticas. Esse cenário impacta consideravelmente na gestão das cidades. (SANTOS, CARNIELLO; OLIVEIRA, p. 170-171, 2013)

O exercício da função política dos meios de comunicação digital pode ser obstruído por dois fatores. Um deles é relativo à alienação da coletiva quanto aos processos participativos. A inexistência de empoderamento dos espaços e meios institucionais de atuação política impede a maior participação no processo de desenvolvimento. É necessário asseverar que os meios de comunicação, particularmente os digitais, conformam recursos de empoderamento. Entretanto, sua efetividade depende da ação social dos cidadãos, a

existência destes recursos não implica na sua apropriação por parte da sociedade civil. "A participação política na rede depende mais de motivação do que de liberdade" (GUZZI, 2010, p.46). No entanto, uma vez motivada, independentemente do estímulo que gerou a motivação, a estrutura midiática digital favorece os fluxos de comunicação entre indivíduos, facilitando do empoderamento.

Além do limite acima destacado, é necessário historicizar a inserção social dos meios de comunicação. Historicamente, o emprego não democrático dos meios de comunicação é um fato estabelecido. Seu uso discricionário em ditaduras, regimes totalitários ou mesmo em democracia encontra precedentes vastos que alertam para cuidado com o entusiasmo relativo ao potencial libertário dos meios de comunicação digital. Sabe-se que países como o Irã e a China exercem um forte controle sobre os meios de comunicação digital, censurando não apenas os conteúdos, mas também os recursos agregados às redes sociais digitais. E mesmo uma democracia estabelecida como os Estados Unidos usa recursos dúbios perante a legislação norte-americana para aumentar o grau de vigilância sobre os cidadãos. É necessário reconhecer que Schramm (1970) não oblitera esse potencial autoritário dos meios de comunicação. Os meios de comunicação e os processos de comunicação estão imersos na realidade histórica e sua existência materializa-se em conexão as disputas que demarcam cada período histórico. Destaca-se, portanto, o potencial de colaboração dos meios e processos de comunicação para a efetivação do desenvolvimento em sua acepção mais ampla, além do econômico e rejeita-se qualquer abordagem idealizadora dos meios e redes sociais digitais. Os meios de comunicação digitais dependem da ação política dos cidadãos para que seu potencial libertário seja aplicado e essa luta passa pela ampliação do acesso aos recursos que permitem a ampliação das ferramentas de comunicação. O poder público tem a responsabilidade constitucional de possibilitar aos cidadãos meios para o exercício pleno dos seus direitos políticos e a inclusão digital destaca-se no cenário contemporâneo, mas cabe as organizações civis e partidárias e aos próprios cidadãos agir para aprofundar o acesso aos meios de comunicação.

Nota-se que o contexto midiático contemporâneo caracteriza-se por uma expressiva preponderância dos meios de comunicação de massa sobre todas as dimensões da vida social e especialmente a opinião pública. No cenário brasileiro essa condição é particularmente opressiva em razão da presença e do controle quase absoluto que os grandes conglomerados de mídia privados exercem sobre os fluxos de informação em conluio com grupos políticos e religiosos. Tal condição consolidou-se simultaneamente à estruturação dos meios de comunicação no Brasil, desde a instalação das emissoras radiofônicas até a consolidação da TV na década de 1970 (SANTOS, 2000). As mídias sociais digitais representam a emergência de uma nova possibilidade de comunicação na atual conjuntura histórica, pois favorecem a articulação de novos espaços de organização e efetivação da discussão pública sem a dependência das formas de comunicação pautadas em processos analógicos e sob forte controle dos conglomerados de comunicação privados. A constituição de uma espacialidade digital favorável a maior participação dos cidadãos implica a exposição das contradições sociais e o debate sobre como encaminhar sua resolução. Neste sentido, torna-se mais fácil articular grupos de pressão institucionalizados ou não para apresentar manifestações e solicitações ao poder público ou a outras instituições sociais. Entretanto, esse cenário também desperta a atenção dos conglomerados de mídia que buscam ocupar esses espaços e reproduzir com novos meios a mercantilização das relações sociais, tornando os cidadãos consumidores digitais. Há uma perceptível tensão entre a dimensão política propiciada pelos meios de comunicação digital em razão da atuação ativa dos usuários destes recursos e a ânsia das empresas de comunicação e de

outros setores em reduzir as ferramentas de comunicação digital em meros espaços de transação comercial. A discussão sobre como ocorrerá a consolidação dos espaços digitais de comunicação em razão do atrito entre aspecto comercial e político quanto à função predominante, comercial ou política, converge para a percepção de que "todo estágio da sociedade possui seu estágio próprio de comunicação" (SCHRAMM, 1970, p.74). Apesar do atrito caracterizado anteriormente, é necessário pontuar que o estágio contemporâneo da comunicação digital permite ao cidadão, de maneira formal ou informal, exercer sua cidadania de modo ampliado.

A discussão sobre o desenvolvimento e a comunicação em sua dimensão política leva Schramm (1970) a sublinhar a função educacional da comunicação como recurso capaz de formar cidadãos ativos e não meros consumidores. O autor volta-se à função educacional que os meios de comunicação podem exercer o que, de certo modo, relaciona-se a possibilidade de formação do cidadão ativo por meio do seu potencial. Sob este prisma, a educação à distância torna-se um meio estratégico para ampliação das possibilidades de acesso a educação. Destaca-se que o autor dialogava com as ferramentas analógicas de comunicação cujo espectro foi ampliado com a emergência da tecnologia digital. Schramm concebe o acesso à educação como fundamental para o desenvolvimento, acepção retomada por Sen (2000) ao destacar a educação como uma liberdade instrumental do cidadão, especialmente quanto à capacitação para a prática da cidadania, item essencial para o alcance do desenvolvimento.

Neste artigo são apresentadas perspectivas contemporâneas tendo como referência as funções da comunicação descritas por Schramm (1907) e examinadas à luz das condições atuais. Essas funções pautam-se na intersecção entre a produção de informações e os fluxos de informação quanto ao fomento dos processos de desenvolvimento. Segundo Schramm (1970), o volume de informações disponibilizadas e o acesso às mesmas são estratégicos para alavancar o desenvolvimento. Destaca-se que a reflexão de Schramm (1970) pautava-se em um sistema de comunicação típico de sistemas analógicos e de massa, realidade distinta do panorama atual. Tal condição incidiu na percepção do autor como uma referência para se pensar o papel da comunicação em relação ao desenvolvimento. Essa condição foi considerada para um exame mais assertivo do objeto investigado.

No cenário contemporâneo da comunicação digital os fluxos de informação se adensaram com operação em redes digitais. A ampliação dos canais de comunicação, a despeito da regulação das telecomunicações no Brasil favorecer os grandes conglomerados de mídia, favoreceu mudanças importantes quanto ao acesso à informação. A Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2012) simboliza a soma das mudanças necessárias à democratização ao acesso à informação. A qualificação dos resultados Lei de Acesso à Informação ainda é precoce e incipiente em razão do caráter recente da sua efetivação e também da própria resistência encontrada nas instituições quanto à disponibilização da informação. Contudo, essa legislação é uma referência legal essencial por referenciar as reivindicações e pressões dos grupos formalmente ou informalmente organizados quanto ao acesso à informação, o que é estratégico para o desenvolvimento da sociedade.

Método

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa e com coleta de dados documental. Como fontes documentais foram considerados os dados e indicadores das bases Os Donos da Mídia, Comitê Gestor de Internet no Brasil e IBGE. Foram selecionadas as seguintes informações:

- total de veículos de comunicação do Estado. Fonte: Os donos da Mídia;

- total de emissoras de rádio do Estado. Fonte: Os donos da Mídia;
- total de canais, afiliadas e retransmissoras de TV por Estado. Fonte: Os donos da Mídia;
- total de veículos de mídia impressa (jornais e revistas). Fonte: Os donos da Mídia;
- domicílios com computadores com acesso à Internet por Estado (%). Fonte: Mapa da inclusão digital (NERI, 2012).
- população por Estado. Fonte: IBGE
- valor do rendimento nominal médio mensal per capita dos domicílios particulares permanentes. Fonte: IBGE
- IDH por Estado. Fonte: Banco Central do Brasil.
- acesso à celular com Internet por macrorregião. Fonte: CGI.

Os dados foram agrupados por macrorregião e apresentados em tabelas, de maneira a facilitar a visualização.

Resultados e discussão

As tabelas abaixo agregam indicadores que permitem discutir a relação entre desenvolvimento e comunicação, especialmente sobre como o acesso à informação é uma das variáveis associadas para a efetivação do desenvolvimento. Com o intuito de tornar essa avaliação mais aguda buscou-se relacionar dados sobre os meios de comunicação com informações sócio econômicas de cada macrorregião brasileira e também o IDH. Entende-se que o IDH é um indicador composto aceito internacionalmente como uma referência legítima para se examinar as políticas públicas dedicadas ao desenvolvimento quanto as suas múltiplas dimensões: educação, saúde, renda e qualidade de vida. Evidentemente, não existe indicador isento a críticas ou capaz de dimensionar com eficiência todos os aspectos da vida social. Mas a disseminação do uso do IDH tem o mérito indiscutível de tornar a discussão acerca da responsabilidade por planejar e efetivar políticas públicas relacionadas a redução das desigualdades sociais parte da agenda política contemporânea em âmbito internacional. Atualmente, os governos não podem se isentar de sua responsabilidade em prover bem estar aos cidadãos em razão da agenda internacional que impôs a obrigação moral de se distribuir melhor os resultados da produção econômica. Os autores do presente artigo não adotam uma posição ingênua quanto à possibilidade desta obrigação moral se traduzir em ações automáticas que conduzam a transformação das estruturas econômicas concentradoras de renda relacionadas à divisão internacional do trabalho no âmbito do capitalismo internacional. Realisticamente, a instalação deste debate e a premissa de se combater as assimetrias que estruturam o capitalismo contemporâneo provocam uma clara oposição ente a ocupação mercantil do espaço e suas consequências e os grupos formais e informais que se opõe a essa lógica. A instalação deste debate nada mais é do que a instalação de uma arena pública necessária à submissão do capital ao desenvolvimento humano, subvertendo a lógica que caracteriza o capitalismo internacional.

A atualização do IDH quanto ao impacto das políticas públicas é fundamental por manter esse debate como relevante em todos os países vinculados à ONU. Por essa razão o IDH foi adotado no presente artigo, visto que seu uso é aceito como parâmetro para o exame das políticas públicas e também para se entender o nível de desenvolvimento de cada pais, região ou localidade. Em razão da extensão continental do Brasil optou-se por analisar cada macrorregião brasileira quanto à relação entre desenvolvimento e comunicação. Entende-se que esse recorte está em consonância com a divisão oficial do território brasileiro e para o propósito desta pesquisa apresenta-se como a escolha mais pertinente. No entanto, essa abordagem implica no reconhecimento de que futuros trabalhos que

explorem as peculiaridades de cada região podem encontrar especificidades locais ou microrregionais que distingam determinados territórios do perfil da macrorregião em que estão inseridos. Observa-se, deste modo, que os resultados que são apresentados no presente artigo indicam como ocorre a correlação entre desenvolvimento e comunicação em cada macrorregião, mas não se esgotam as possibilidades de pesquisa em relação ao tema abordado.

A seguir são apresentados os dados coletados para a pesquisa e a análise de cada macrorregião brasileira quanto à correlação entre desenvolvimento e comunicação.

Tabela 1 - Macrorregião Norte

MACRORREGIÃO NORTE

Estado	Total veículos de comunicação	Emissoras de rádio	Canais de TV	Mídia impressa	Domicílios com acesso à Internet (%)	População	Renda média/ domicílio	IDH - Estado
PA	148	122	14	12	13,75	7.581.051	548,17	0,720
AM	105	86	10	9	17,53	3.483.985	681,84	0,717
RO	92	72	9	11	24,88	1.562.409	761,48	0,729
TO	55	41	9	5	17,21	1.383.445	714,25	0,721
AC	41	33	5	3	21,13	733.559	639,51	0,629
AM	28	21	5	2	18,01	669.526	747,48	0,751
RR	20	15	3	2	18,94	450.479	742,04	0,749

Fonte: Adaptado de Os Donos da Mídia (2013), IBGE (2013), BCB (2010), Neri (2012)

No caso da macrorregião Norte destaca-se a pequena presença de veículos de comunicação tanto no total do espaço territorial quanto em cada unidade da federação. Predominam as emissoras de rádio em comparação a TV e a mídia impressa. Tal configuração resulta da maior facilidade em se estruturar uma emissora de rádio em comparação aos canais de TV e as vicissitudes que permeiam a mídia impressa no Brasil. Entretanto, apesar desta condição se repetir nas demais macrorregiões brasileiras, o mesmo não ocorre quanto ao número de domicílios com acesso à internet. Apenas os estados de Rondônia e Acre terem índice de domicílios com acesso à internet superior a 20%, respectivamente 24,88% e 21, 13%. De modo geral, a região se caracteriza por um baixo acesso a informação por meio digital a partir do domicílio e uma baixa diversidade dos demais meios de comunicação. As variáveis renda e IDH são baixas em comparação as demais macrorregiões brasileiras, à exceção da região Nordeste, que também apresenta condição similar.

Tabela 2- Macrorregião Sul

MACRORREGIÃO SUL

Estado	Total veículos de comunicação	Emissoras de rádio	Canais de TV	Mídia impressa	Domicílios com acesso à Internet (%)	População	Renda média/ domicílio	IDH - Estado
RS	670	469	63	138	36,76	10.693.929	1.121,87	0,809
PR	647	456	80	111	38,71	10.444.526	1.013,64	0,786
SC	372	285	54	33	41,66	6.248.436	1.121,17	0,806

Fonte: Adaptado de Os Donos da Mídia (2013), IBGE (2013), BCB (2010), Neri (2012)

A análise da macrorregião Sul evidencia existência de outro cenário, demarcado por uma

maior diversidade de meios de comunicação em todos os estados e com uma presença significativa da mídia impressa. Também se detecta um índice superior de domicílios com acesso à internet, bem como uma renda média por domicílio superior em comparação à macrorregião norte, com o IDH do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em um patamar de alto desenvolvimento humano. Essa condição é propícia a uma maior participação política e empoderamento das instituições púbicas em razão da presença de condições mais adequadas a esse tipo de ação. Nota-se que há uma significativa homogeneidade na macrorregião Sul quanto à correlação entre os indicadores avaliados. Entretanto, o percentual de domicílios com acesso à internet não atinge metade do total, o que denota sob este critério um índice longe de incluir a maioria dos cidadãos no processo de comunicação digital.

Tabela 3- Macrorregião Sudeste

MACRORREGIÃO SUDESTE

Estado	Total veículos de comunicação	Emissoras de rádio	Canais de TV	Mídia impressa	Domicílios com acesso à Internet (%)	População	Renda média/ domicílio	IDH - Estado
RJ	408	198	63	147	43,91	15.989.929	1.231,56	0,802
SP	2696	935	246	1515	48,22	41.262.199	1.259,96	0,814
ES	145	96	30	19	36,73	3.514.952	944,31	0,767
MG	1131	893	108	130	32,64	19.597.330	881,53	0,766

Fonte: Adaptado de Os Donos da Mídia (2013), IBGE (2013), BCB (2010), Neri (2012)

O cenário da macrorregião Sudeste é, simultaneamente, o que apresenta os resultados mais elevados em relação aos indicadores utilizados e aquele que apresenta maior discrepância entre as unidades federativas que a compõem. Apesar de Espírito Santo e Minas Gerais apresentarem dados superiores a quase todas as demais unidades federativas das outras macrorregiões, à exceção dos estados da macrorregião Sul e do Distrito Federal, há uma diferença significativa em comparação a São Paulo e Rio de Janeiro. Os últimos são as principais economias do Brasil, apresentando a maior renda por domicílio, exceto em comparação ao Distrito Federal e também os índices mais elevados do IDH em conjunto com Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal.

Essa discrepância se explica em razão das diferenças econômicas e também as distinções intraterritório em relação à adoção das macrorregiões como parâmetro de análise. Afinal, Minas Gerais possui um território bastante extenso e em seu interior é possível identificar áreas de forte desenvolvimento como a capital Belo Horizonte em comparação a microrregiões mais carentes como o norte do estado. Esse fator evidencia a complexidade que envolve a escolha de parâmetros adequados à avaliação do desenvolvimento. Todavia, nenhum dos estados da macrorregião sudeste atinge o percentual de 50% de domicílios com acesso à internet.

Tabela 4- Macrorregião Centro-Oeste

MACRORREGIÃO CENTRO-OESTE

Estado	Total veículos de comunicação	Emissoras de rádio	Canais de TV	Mídia impressa	Domicílios com acesso à Internet (%)	População	Renda média/ domicílio	IDH - Estado
MT	169	141	14	14	32,64	3.035.122	861,00	0,767
MS	185	151	16	18	30,72	2.449.024	928,28	0,769
GO	314	264	26	24	28,9	6.003.788	913,94	0,770
DF	89	55	16	18	58,69	2.570.160	2.097,83	0,844

Fonte: Adaptado de Os Donos da Mídia (2013), IBGE (2013), BCB (2010), Neri (2012)

A avaliação da macrorregião centro-oeste demonstra que os estados que a compõe estão em uma posição superior em comparação àqueles situados nas macrorregiões norte e nordeste. Seus indicadores evidenciam a mesma dinâmica de distribuição que caracteriza as demais regiões quanto aos veículos de comunicação. Nota-se que o Distrito Federal apresenta resultados superiores a todas as unidades da federação quanto à renda média por domicílio, domicílios com acesso à internet e também IDH. Tal condição deve ser balizada quanto ao fato que o Distrito Federal é sede da União, do poder legislativo, do poder judiciário e de diversos órgãos e instituições públicas, o que implica a existência de uma elite econômica, social e política com acesso a bens e serviços que requerem alta renda. Esse cenário, inclusive, leva a uma distorção em relação à realidade social e econômica que caracteriza as cidades satélites que circundam Brasília. O exame das distinções entre Brasília e sua circunvizinhança que compõe o Distrito Federal revelaria uma distância muito expressiva entre esses municípios e a primeira cidade. Exceto o Distrito Federal, as demais unidades federativas da macrorregião apresentam um índice domiciliar de acesso à internet equivalente a aproximadamente um terço do total dos domicílios. Assim, é possível afirmar que o cenário da macrorregião demonstra uma defasagem quanto ao acesso à comunicação digital e seu potencial de inserção política ativa dos cidadãos.

Tabela 5- Macrorregião Nordeste

MACRORREGIÃO NORDESTE

Estado	Total veículos de comunicação	Emissoras de rádio	Canais de TV	Mídia impressa	Domicílios com acesso à Internet (%)	População	Renda média/ domicílio	IDH - Estado
AL	91	75	10	6	17,42	3.120.494	525,09	0,633
BA	404	358	33	13	21,3	14.016.906	601,04	0,693
CE	314	287	20	7	16,25	8.452.381	551,61	0,699
PI	140	121	14	5	12,87	3.118.360	494,13	0,673
MA	176	160	13	3	10,98	6.574.789	434,65	0,647
RN	143	123	13	7	22,07	3.168.027	648,59	0,702
PE	251	218	21	12	21,28	8.796.448	626,99	0,692
SE	49	39	6	4	21,27	2.068.017	624,84	0,687
PA	181	161	15	5	19,45	3.766.528	565,98	0,678

Fonte: Adaptado de Os Donos da Mídia (2013), IBGE (2013), BCB (2010), Neri (2012)

A macrorregião nordeste apresenta os piores resultados em relação aos indicadores sócios econômicos utilizados em comparação as demais macrorregiões brasileiras. A distribuição dos meios de comunicação acompanha a proporcionalidade verificada nas demais macrorregiões brasileiras, com predomínio das emissoras de rádio. Nota-se, porém, que o número de veículos de mídia imprensa é muito pequeno mesmo em estados populosos como a Bahia e Pernambuco. Santa Catarina, Goiás e Espírito Santo são exemplos de estados com população menor que as citadas unidades da macrorregião nordeste que possuem maior número de veículos de mídia impressa. Essa defasagem também se repete em relação aos demais veículos de mídia.

O número de domicílios com acesso a internet na macrorregião Nordeste é muito escasso. Apenas três estados atingem um índice pouco superior a 20% de domicílios com acesso a internet. Tal condição evidencia uma relação direta entre a renda média domiciliar e o acesso à comunicação digital, o que implica a existência de uma barreira entre os cidadãos e os recursos contemporâneos que favorecem uma participação ativa nos fluxos de comunicação, com especial destaque para a possibilidade de organização política formal ou

informal quanto às demandas que podem ser apresentadas para o poder público em suas diversas formas nos níveis municipal, estadual e federal.

Os dados das macrorregiões permitem traçar uma correlação entre desenvolvimento e a presença de veículos de mídia. As macrorregiões que apresentam indicadores mais elevados quanto à renda e desenvolvimento humano também possuem maior diversidade de veículos de comunicação e de domicílios com acesso à internet. Esse paralelo evidencia que o acesso à informação tem relação direta com os indicadores sócio econômicos. A existência de maior poder econômico sinaliza uma dinâmica econômica que favorece a existência de veículos de comunicação.

No Brasil os conglomerados de mídia controlam o mercado de comunicação. Os veículos de rádio, TV e imprensa líderes são controlados por poucas empresas que definem o teor das informações disponibilizadas à população. A possibilidade de acesso a informações apresentadas sob uma perspectiva distinta da adotada por parte dos grandes grupos de comunicação é mínima para aqueles que majoritariamente usam os serviços de informação prestados por esses conglomerados.

Entretanto, a comunicação digital e a organização de redes digitais de comunicação tem o potencial de reconfigurar o acesso à informação no Brasil. Obviamente, essa consideração se delimita como potencial uma vez que três barreiras significativas devem ser superadas. Primeiro, a exclusão digital que limita o número de usuários da rede mundial de computadores no país. O índice de domicílios com acesso à internet no Brasil é reduzido, mesmo nas regiões com maior pode aquisitivo e índice de desenvolvimento humano elevado. Segundo, a necessidade de adensamento de políticas públicas que tornem o acesso à internet relativamente fácil e usual a maior parte da população brasileira. Neste sentido, pode-se afirmar que a facilitação ao acesso a comunicação social constitui uma forma de tecnologia social por possibilitar a inclusão nos fluxos de comunicação de forma ativa e favorecer o aprofundamento das políticas públicas relacionadas à transparência da administração pública cujo marco fundamental é a Lei de Acesso à Informação.

A terceira barreira a ser superada é própria dinâmica de mercado que tende a posicionar a comunicação digital como um importante recurso para entretimento e lazer. Neste sentido, o espaço digital foi ocupado de modo agressivo por empresas relacionadas à informação, entretenimento, serviços e formas variadas de consumo. Tende-se a reproduzir no espaço digital a lógica de mercado que predomina em outras formas de relacionamento social, adensada com a possibilidade de atender os consumidores por meio de ferramentas que contemplem a individualidade de cada consumidor. Os *softwares* usados por empresas que atuam na internet são preparados para detectar a partir do acesso a pagina da empresa o perfil do consumidor e direcionar estratégias especificas para fideliza-lo. As empresas que utilizam a comunicação digital buscam as redes sociais para interagir com os internautas, estabelecendo modalidades de consumo e marketing.

Contudo, essas barreiras não são intransponíveis. Há o potencial de se utilizar as redes de comunicação digital dada sua configuração personalizada para fomentar o empoderamento dos cidadãos quanto ao processo político, entendido como uma experiência continua do fazer democrático que supera a mera participação eleitoral. Para tanto, se faz necessário à disseminação deste uso da comunicação digital, particularmente quanto a existência de marcos legais como a Lei de Transparência que facilita a obtenção de informações sobre a administração pública e o processo político a ela concernente. Neste sentido, há tanto a possibilidade do exercício da dimensão fiscalizatória quanto participativa por meio dos espaços legais que favorecem essa ação, como audiências públicas.

O cenário da comunicação digital no Brasil ainda apresenta limitações quanto ao acesso à internet a partir dos domicílios. A superação deste limite poderá ocorrer por meio

de um processo virtuoso relacionado à expansão da renda e da qualidade de vida, uma vez que tais condições implicam em um acesso mais expressivo aos canais de comunicação que por sua vez potencializam exigências quanto ao melhor uso dos recursos públicos com o objetivo de elevar as condições de vida e reduzir as distâncias entre os estratos sociais. Outro dado importante coletado da presente pesquisa foi à expansão do número de usuários que passaram a utilizar por meio de celular nos últimos três meses (CGI, 2012). No Sudeste esse índice é de 27%, no Nordeste de 20%, no Sul 23%, no Norte 26% e no Centro-oeste é de 26%. Esses números apontam que os usuários da internet dispõem de outras formas de acesso que não apenas o domiciliar, fator que favorece o potencial de participação política em razão do uso de outras plataformas. Esse fenômeno é muito recente e, portanto, ainda é cedo para avaliar o seu efeito no empoderamento da sociedade civil. Segundo CGI (2012), em 2010 apenas 5% dos usuários de celular no Brasil utilizavam o aparelho para navegar na Internet, número que cresceu para 18% em 2011 e 24% em 2012. Esse expressivo crescimento merece atenção pois pode significar a potencialização do acesso à informação via dispositivos móveis. Ressalta-se, novamente, que o mero acesso não assegura participação política efetiva por parte dos usuários, no entanto, sob o prisma estrutural, é um ambiente favorável para que isso ocorra.

Considerações finais

Este artigo tem por objetivo relacionar o sistema midiático com as desigualdades regionais no Brasil, partindo do pressuposto de que a existência de uma rede de mídia favorece o acesso à informação, condição para o desenvolvimento.

Observou-se que existe uma correspondência entre o perfil econômico da região e a composição da rede midiática. Nos estados com maior média de renda, a mídia impressa se faz mais presente. Pode-se compreender essa relação a partir da configuração do sistema midiático brasileiro, no qual a concentracão dos veículos de comunicação de maior audiência e que assumem a principal função de entretenimento é de controle da iniciativa privada. Tal fato se explica pelas condições políticas e históricas nas quais se definiram as políticas de comunicação no Brasil. Ao concentrar grande parte da mídia na iniciativa privada, os movimentos do setor passam a ser pautados nas regras e oscilações do mercado, exaltando a função mercadológica dos meios de comunicação e minimizando as funções informativa, pública e deliberativa que os meios podem proporcionar.

As regiões mais desenvolvidas contam com um sistema midiático mais diversificado, tanto em tipos de mídia quanto, principalmente, à quantidade de veículos de comunicação e, portanto, estão mais instrumentalizadas para o exercício da cidadania, uma vez que recebem uma gama maior de informações. Observa-se a quase ausência de mídia impressa em estados que possuem menores índices de desnvolvimento.

No entanto, um fenômeno recente se apresenta como uma possibilidade de minimizar as diferenças no acesso à informação, fato visto como essencial para o desenvolvimento. Trata-se da disseminação dos dispositivos móveis com acesso à Internet. Observa-se que, segundo os dados apresentado pelo CGI (2012), é a mídia que apresenta menor diferença de acesso entre as macrorregiões. Pela característica dos dispositivos móveis e pela rede de cobertura, aliada ao expressivo crescimento nos últimos dois anos no que tange ao acesso à Internet, esse fenômeno pode representar um futuro rompimento com a visível desigualdade de acesso à mídia que atualmente pode ser diagnosticado no Brasil.

O acesso às mídias sociais revela-se uma possibilidade, ainda em construção, de inserir de forma mais justa a sociedade em uma conversa civil que participe de maneira efetiva do debate sobre os rumos para o desenvolvimento.

Referências bibliográficas

AUGÉE, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Evolução do IDH das Grandes Regiões e Unidades da Federação.** 2010. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2009/01/br200901b1p.pdf. Acesso em: 23 jun. 2013.

BRASIL. **Lei de Acesso à Informação** - Lei n° 12.527/11. 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em: 21 out. 2012.

CARNIELLO, M. F.; SANTOS, M. J. **Predisposição para Formação de Capital Social entre Comerciantes dos Corredores Comerciais da Região Central do Município de São José dos Campos – SP.** Revista Desenvolvimento em Questão, ano 9 ,n. 18, jul./dez. 2011, p. 169-195.

COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL. **TIC domicílios** 2012. 2012. Disponível em: <http://www.cetic.br/usuarios/tic/2012-total-brasil/index.htm> Acesso em: 23 jun. 2013.

CUNHA, Maria Alexandra. DUARTE, Fábio. FREY, Klaus. (Org.). Governança Local e as Tecnologias de Informação e Comunicação. Curitiba: Champagnat, 2009.

DONOS DA MÍDIA. Disponível em: www.donosdamidia.com.br. Acesso em: 23 jun. 2013.

IBGE. **IBGE Estados**.2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/ Acesso em: 23 jun. 2013.

NERI, M.C. (coord.) **Mapa da inclusão digital**. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012.

SANTOS, M. J.; CARNIELLO, M. F. & OLIVEIRA, E. A. A. Q. O. **Comunicação digital na gestão pública dos municípios da RMVP: acesso à informação, transparência e mecanismos de participação.** REVISTA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, BLUMENAU, 1 (1), P. 167-184, 2013.

SANTOS, M. J. **A construção da política brasileira de telecomunicações** (1961-1967). Dissertação de mestrado. Assis: Faculdade de Ciências e Letras (UNESP), 2000.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Bloch, 1970.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.